PROCESSO CEE: 3245/80 (MEC: 9962/80)
 INTERESSADO : ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM "BRÁULIO GOMES" / CAPITAL
 ASSUNTO : CONVALIDAÇÃO DOS ESTUDOS DE RENILDE CONCEIÇÃO LIMA NO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM
 RELATOR : CONSº BAHIJ AMIN AUR
 PARECER CEE : 1548 /81 - CESG - APROVADO EM / /81.

I - R E L A T Ó R I O

1. HISTÓRICO

1.1. A direção da Escola de Auxiliar de Enfermagem "Bráulio Gomes", da Capital, dirigiu à Sra. Delegada de Ensino do Ministério da Educação e Cultura, em São Paulo, um pedido de convalidação de estudos de Renilde Conceição de Lima no Curso de Auxiliar de Enfermagem.

1.2. o processo foi encaminhado pelo MEC a este Conselho, tendo em vista que a convalidação solicitada é da alçada do Conselho Estadual de Educação. Por faltarem elementos para uma análise mais acurada da irregularidade existente na situação escolar da interessada, o processo foi baixado em diligência para pronunciamento dos órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação.

1.3. A supervisora da 13ª. Delegacia de Ensino, responsável pela verificação do caso em questão, constatou que a interessada se matriculou (e concluiu) na habilitação parcial de Auxiliar de Enfermagem sem ter completado o ensino de 1º grau, o que não foi constatado, em tempo hábil, nem pelo supervisor de ensino e nem pela direção da escola. No documento referente aos exames supletivos realizados pela aluna, faltava a eliminação em Matemática. Somente ao expedir o certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem, em 1978, a secretária da escola percebeu a irregularidade existente. Os documentos de conclusão do curso ficaram retidos e em novembro de 1980 a aluna apresentou o certificado completo de conclusão do 1º grau.

1.4. A diretora da escola, por reconhecer na interessada uma boa aluna e uma boa profissional, com 14 anos de serviços como Atendente de Hospital e também por reconhecer que o certificado de Auxiliar de Enfermagem possibilitará à mesma uma promoção funcional, resolveu buscar a regularização da situação da aluna, através do pedido de convali-

dação dos atos escolares. Declara ainda, a diretora, que este foi o primeiro caso de irregularidade na vida escolar de alunos, visto que a escola funciona legalmente, desde 1955.

1.5. As autoridades da Secretaria de Estado da Educação manifestaram-se favoráveis à convalidação dos atos escolares praticados pela interessada no curso referido.

2. APRECIACÃO

2.1. A Deliberação, em 25/77, que estabelece normas para a formação do Técnico e do Auxiliar de Enfermagem, diz no art. 15 que, "para matrícula nos Cursos de Qualificação Profissional de Enfermagem, Habilitação Parcial, exigir-se-ão idade mínima de 17 anos e certificado de conclusão do ensino de 1º grau ou estudos equivalentes" (o grifo é nosso).

2.2. No presente caso, a aluna foi matriculada (e concluiu) na habilitação parcial de Auxiliar de Enfermagem com curso incompleto de 1º grau, pois faltava-lhe a eliminação de Matemática, através dos exames supletivos por ela realizados, para obtenção do certificado de conclusão do 1º grau.

2.3. A Escola de Auxiliar de Enfermagem "Bráulio Gomes" da Associação Maternidade de São Paulo foi reconhecida pelo Decreto Federal nº 38.307 de 14.12.55 e autorizada a funcionar pela Portaria CENP nº 235/78, de 25.10.78. Segundo declaração da diretora, esse foi o 1º caso de irregularidade na vida escolar de seus alunos, desde 1955.

2.4. Cabe à Escola verificar, por ocasião das matrículas, se os candidatos possuem os pré-requisitos necessários para ingresso nos cursos. Essas situações podem ser facilmente averiguadas através de uma simples verificação pela secretaria escolar.

2.5. Apesar de possuir o curso de 1º grau incompleto, por faltar a eliminação de Matemática em exames supletivos, a aluna progrediu em seu curso, realizando-o com bom aproveitamento. Há, ainda, em favor da aluna, os 14 anos de vida profissional, na função de Atendente de Hospital. Por outro lado, a aluna sanou, a posteriori, a irregularidade, eliminando, através de exame supletivo, a disciplina faltante.

2.6. Este Conselho, através dos Pareceres nºs. 611/78 e 618/78, de lavra do ilustre Conselheiro Renato Alberto T. Di Dio, manifestou-se favorável à regularização de vidas escolares em casos análogos, partindo do princípio de que não se afigura sustentável, à

luz da Pedagogia e do bom senso, a alternativa de obrigar ... (o aluno) ... a freqüentar novamente o 2º grau, cujos componentes curriculares estudou com aproveitamento. Tal argumento foi aproveitado também no Parecer CEE 105/80 da lavra do ilustre Conselheiro José Augusto Dias.

I I - C O N C L U S ã O

1. Convalidam-se, excepcionalmente, a matrícula e atos escolares praticados por Renilde Conceição de Lima no curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem "Bráulio Gomes"/Capital.

2. Fica alertada a Escola para que tal irregularidade não se repita.

CESG, em 19 de setembro de 1981.

a) CONSº BAHIJ AMIN AUR
RELATOR

I I I - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros Baniij Amin Aur, Jessen Vidal, José Maria Sestilio Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1981.

a) CONSa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 23 de setembro de 1981

a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente